



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

ESTRATÉGIA NACIONAL DO SISTEMA HUMANIZADO DE EXECUÇÃO PENAL - ENASEP

ATA DA 8ª REUNIÃO:

Participantes:

Dr. **Alexandre Berzosa Saliba**, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público;

Dra. **Andrea A. N. Paixão**, do Sindicato dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais – RECIVIL;

Dr. **Mario Luiz Bonsaglia**, Subprocurador-Geral da República;

Dr. **Marcelo Godoy**, Procurador da República;

Dr. **Alexandre Vieira de Queiroz**, do Conselho Federal da OAB;

Dra. **Paulo Taubemblatt**, membro auxiliar do CNMP;

Dr. **Alexandre Lima Raslan**, membro auxiliar do CNMP;

Dra. **Mara Fregapani Barreto**, do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN/MJ;

Assessores e servidores das instituições acima mencionadas.

Aos quinze (15) dias do mês de abril de dois mil e quinze (2015), às 10:00 horas, na sala de reuniões da presidência do CNMP, reuniram-se os integrantes da Estratégia Nacional do Sistema Humanizado de Execução Penal – ENASEP. O Dr. Alexandre Saliba abriu os trabalhos falando que, apesar de suas tentativas, não tem conseguido envolver o CNJ, um dos participantes do programa segurança sem violência, nas atividades da ENASEP. Dr. Alexandre Raslan resumiu a criação do programa Segurança Sem Violência e a participação do CNJ, cuja presidência mudou há pouco

tempo. Disse que, apesar de seus esforços, o CNJ não deu resposta com relação à assinatura da Carta de Constituição da ENASEP. Cogitou-se que a mudança de presidência possa ter motivado uma alteração da pauta do órgão e a conseqüente ausência nas reuniões desta estratégia. Dr. Alexandre Saliba pediu uma sugestão ao Dr. Mario Bonsaglia sobre como fazer essa reaproximação. Após debaterem sobre a melhor maneira de fazer esse contato, ficou decidido que Dr. Saliba informará ao Presidente do CNMP sobre a situação para que ele faça gestão junto ao Presidente do CNJ com o objetivo de sensibilizar o referido órgão para a importância do Programa Segurança Sem Violência e da ENASEP. Dra. Mara Fregapani sugeriu que fosse realizado um contato pessoal antes do envio do ofício e alertou que o novo Presidente do CONSEJ deve também ser convidado para as reuniões e para o lançamento do projeto Identidade Cidadã no Sistema Prisional. A pedido do Dr. Alexandre Saliba, o Dr. Michel Romano, membro auxiliar da Presidência do CNMP, compareceu à reunião e foi informado da situação. Dr. Alexandre Saliba solicitou que ele promovesse um encontro dele com o Presidente do CNMP para pedir que faça gestão junto ao Presidente do CNJ com a finalidade estimular o aludido órgão a se integrar às ações do Programa Segurança sem Violência, inclusive, com a assinatura de sua carta de constituição que, até o presente momento, não ocorreu. Superada essa preliminar, Dr. Alexandre Saliba perguntou qual o andamento do parecer acerca dos incentivos fiscais aos municípios sedes de unidades prisionais. Dr. Alexandre Queiroz disse que o parecer encomendado à Comissão de Direito Tributário da OAB é sobre incentivos fiscais às empresas que contratam egressos do sistema prisional, mas pedirá para fazer um adendo para incluir a questão do incentivo fiscal aos municípios que são sedes de unidades prisionais. Falou sobre a existência de uma lei distrital que vem sendo descumprida, cujo objeto é obrigar as empresas que prestam serviço para o Distrito Federal a contratarem um percentual de dois por cento da mão-de-obra de egressos do sistema prisional. Disse que requererá auxílio ao Ministério Público para fazer cumprir a lei. Sobre a expedição dos convites de lançamento do projeto, o servidor Wilson falou que ainda não foram expedidos porque existiu um interesse da Comissão de Planejamento Estratégico de apoiar o projeto e inseri-lo na Ação Nacional, porém os integrantes entendem que como se trata de um projeto interinstitucional, o

convite deve ser da própria ENASEP, sem excluir, entretanto, eventual apoio da referida comissão. Dra. Mara Fregapani lembrou que deve ser convidado também o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, onde existe uma coordenação sobre registro civil, e a ANOREG. Dra. Andrea Paixão falou sobre o andamento do projeto Identidade Cidadã no Sistema Prisional, relatando que se reuniu em Brasília com a ANOREG/DF, ARPEN e já foi acordada a participação dos cartórios. Será feita uma capacitação em 26 de maio. Esteve também na Colmeia, onde já foram encaminhados os preparativos. A data de lançamento dia 10/06, às 10h, no CNMP, está confirmada. Dr. Alexandre Queiroz sugeriu que fosse convidado também o Presidente da OAB/DF. Dr. Alexandre Saliba sugeriu convidar o Secretário de Segurança de São Paulo, onde estão sendo feitas as audiências de custódia. Dr. Alexandre Queiroz disse que o "Na Hora" poderia ir do Centro de Detenção Provisória para fazer mutirões de documentações. Dr. Paulo Taubemblatt disse que na audiência de custódia poderia ocorrer o encaminhamento para os órgãos de emissão de documentos como umas das condições a serem cumpridas pela pessoa que for solta. Dra. Mara Fregapani indagou se haverá a assinatura de algum documento no lançamento do projeto. Dr. Mario Bonsaglia sugeriu que a carta de constituição do Programa Segurança sem Violência seja assinada na ocasião do lançamento do projeto no dia 10/06/2015. Os presentes sugeriram também convidar o Presidente do STJ, o Presidente do TJ, o Presidente do Conselho Federal da OAB, o Governador do DF e o Corregedor do Conselho da Justiça Federal. Dr. Alexandre Raslan falou sobre a pretensão de a CPE apoiar o projeto Identidade Cidadã, como uma de suas realizações. Sua opinião é contrária, por ser uma ação interinstitucional. Entretanto, é possível e salutar que eles venham a apoiar na divulgação e acompanhamento. Os presentes decidiram que é melhor que a Comissão do Sistema Prisional esteja à frente da expedição dos convites, que não conterà a assinatura do Presidente do CNMP, mas sim apenas do logo da ENASEP e dos órgãos integrantes logo abaixo. Dr. Mario Bonsaglia sugeriu que fosse feito um logo da ENASEP e ficou decidido que a demanda seria feita à Secretaria de Comunicação do CNMP. Dra. Mara Fregapani disse que seria necessário formalizar o Projeto Identidade Cidadã no Sistema Prisional com a assinatura de uma carta de apoio. Ficou decidido que o título do documento seria "Carta de Apoio

Identidade Cidadã no Sistema Prisional” e será enviada uma minuta a todos os integrantes pelo Dr. Alexandre Raslan para que deem suas contribuições.

Após várias manifestações e profícuas discussões, os integrantes da ENASEP chegaram aos seguintes **encaminhamentos**:

a) Serão encaminhados pela secretaria da CSP os convites para o lançamento do projeto Identidade Cidadã no Sistema Prisional, dirigido às autoridades mencionadas na reunião anterior e também às seguintes: Presidente do STJ, Presidente do TJ, Presidente do Conselho Federal da OAB, Governador do DF, Presidente da OAB/DF, Corregedor do Conselho da Justiça Federal, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Presidente do CONSEJ, Presidente da ANOREG e Procuradores da República vinculados à 7ª CCR;

b) Fica confirmado o lançamento do projeto Identidade Cidadã em solenidade no auditório do CNMP, no dia 10/06/2015, às 10h;

c) O Dr. Alexandre Saliba reunir-se-á com o Presidente do CNMP para pedir que ele entre em contato com Presidente do CNJ com a finalidade estimular o aludido órgão a se reintegrar às ações do Programa Segurança sem Violência;

d) Será apresentada uma minuta da “Carta de Apoio – Identidade Cidadã no Sistema Prisional” aos integrantes da ENASEP para análise e aprovação;

e) Na ocasião do lançamento do projeto, o CNJ assinará também o termo de cooperação do Programa Segurança sem Violência;

f) As autoridades do Distrito Federal também assinarão também uma “Carta de Apoio - Projeto Identidade Cidadã no Sistema Prisional”.

g) A 9ª Reunião da ENASEP será realizada no dia 13 de maio, às 10h, na sala de reuniões da presidência do CNMP.

Encerrada a reunião às 12h, dela lavrou-se esta ata, que segue assinada pelo Conselheiro Alexandre Saliba.

Brasília, 18 de março de 2015.


CONSELHEIRO ALEXANDRE BERZOSA SALIBA
Conselho Nacional do Ministério Público